



PROCESSO Nº 025/2026

DISPENSA POR JUSTICATIVA Nº 002/2026

CONTRATO DE RATEIO

INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 002/2026

TERMO DE CONTRATO DE RATEIO QUE CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE TUIUTI, COMO CONTRATANTE E, DO OUTRO LADO, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - CISBRA, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA REGULAR AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ENTES CONSORCIADOS PARA ATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PERANTE O CONSÓRCIO, DE ACORDO COM O PROTOCOLO DE INTENÇÕES RATIFICADO POR LEI.

Pelo presente instrumento, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TUIUTI**, inscrita no CNPJ nº 67.160.481/0001-73, localizada à Rua Zeferino de Lima, nº 167, Centro, CEP 12.930-009, na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo neste ato representada por seu Prefeito Interino, Sr. ALEXANDRE TADEU GONÇALVES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.664.656-2, inscrito no CPF sob nº 311.484.728-51, residente e domiciliado nesta cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo, ora denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - CISBRA**, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ nº. 14.009.006/0001-34, com sede provisória na Rua Barão Cintra, nº 40, bairro São Judas, na cidade de Amparo, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito de Amparo, Excelentíssimo Senhor FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.395.491 e do CPF/MF nº 259.553.938-89, com endereço na Rua Pedro Alvarenga, nº 130, Centro, CEP 13.920-000, na cidade de Pedreira, estado de São Paulo, ora denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o CONTRATO DE RATEIO conforme as cláusulas e dispositivos abaixo especificados.

DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA - Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº. 11.107/05 e do Decreto 6.017/07. Este contrato é regido, ainda, pelo Protocolo de Intenções de Consórcio Público aprovado pelo Município ora Contratante pela Resolução CISBRA nº 01/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 75, inciso XI, da Lei nº. 14.133/21.

DO OBJETO

CLÁUSULA TERCEIRA – Constitui objeto do presente contrato o fornecimento, pelo ente consorciado, de recursos financeiros ao CISBRA.



PROCESSO Nº 025/2026

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 002/2026

PARÁGRAFO ÚNICO – Para repartição (rateio) dos custos (conforme a planilha de cálculos aprovada em Assembleia dia 12/08/2025, o critério adotado observou os princípios da transparência, objetividade e equidade (neste caso o rateio foi calculado proporcionalmente à quantidade de habitantes de cada ente consorciado).

DO RATEIO

CLÁUSULA QUARTA - Para a execução do objeto do CISBRA, conforme disposto no Contrato de Consórcio Público, o Município de Tuiuti repassará mensalmente, em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas, ao CISBRA, a importância de R\$ 5.147,39 (cinco mil cento e quarenta e sete reais e trinta e nove centavos), ou o valor total de R\$ 61.768,70 (sessenta e um mil setecentos e sessenta e oito reais e setenta centavos) em parcela única no primeiro mês do exercício do ano de 2026.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento a vista deverá ser realizado até dia 31 de janeiro de 2026 ou, em caso de parcelamento, até o dia 10 de cada mês, sendo a primeira parcela devida a partir do mês de janeiro de 2026. As parcelas deverão ser pagas via boleto bancário, transferidas ou depositadas para o Banco Caixa Econômica Federal, Agência 01176, Conta Corrente nº 000575265068-9 ou através da Chave Pix: 14009006000134, a critério do ente. Caso a opção seja por boleto bancário, o município deverá informar que deseja essa modalidade e para qual e-mail deve ser remetida a cobrança.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CISBRA utilizará os valores repassados para fins de custeio de despesas com pessoal, telefone, internet, viagens, materiais de escritório, materiais de limpeza e higiene, materiais de informática, refeitório, copa e cozinha, publicações, documento veículo, seguro veículo, tarifas bancárias, pequenas despesas, água, luz, IPTU, dentre outras aprovadas pelo Presidente, quando competente para tal, observadas as disposições do contrato de consórcio público e as deliberações da Assembleia Geral.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA QUINTA - As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes rubricas orçamentárias, observada a Lei Orçamentária Anual, conforme se segue:

02.06.01 / 18.541.6007.2.625 / 3.3.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA - Será excluído do consórcio público o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio, sem prejuízo de responder pela improbidade administrativa.



PROCESSO Nº 025/2026

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 002/2026

DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

CLÁUSULA SÉTIMA - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da legislação vigente o CISBRA deverá fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas da Contratante todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA OITAVA - No caso de inadimplência o consorciado será notificado para que regularize a sua situação perante o Consórcio.

CLÁUSULA NONA - Uma vez notificado da inadimplência, e não regularizada a situação no prazo de 30 (trinta) dias, suspender-se-ão os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o ente consorciado será excluído do Consórcio mediante deliberação da Assembleia Geral, conforme art. 67, I, do Estatuto do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A exclusão prevista na cláusula décima não exime o participante do pagamento de débitos referentes ao período em que permaneceu inadimplente.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente contrato de rateio terá vigência a partir de 05 de janeiro de 2026 até 05 de janeiro de 2026.

DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – É de responsabilidade da **CONTRATANTE**:

- a) Dispor dos recursos orçamentários necessários para o cumprimento das obrigações assumidas neste termo;
- b) Efetuar o pagamento no prazo ajustado;
- c) Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros repassados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – É de responsabilidade do **CONTRATADO**:

- a) Aplicar os recursos financeiros transferidos pelo Contratante no planejamento, gestão, fiscalização e regulamentação dos serviços de saneamento básico da região do Circuito das Águas;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, e fiscais decorrentes das ações descritas na alínea a;



PROCESSO Nº 025/2026

DISPENSA POR JUSTICATIVA Nº 002/2026

- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a vigência do presente contrato, as prestações de contas da aplicação dos recursos repassados pelo Contratante;
- d) A execução das receitas e despesas do consórcio de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis às entidades públicas – Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal), e com as demais normas pertinentes à matéria editadas pela Secretaria de Tesouro Nacional;
- e) Fornecer ao Contratante as informações necessárias de todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – As partes elegem o foro da Comarca de Amparo-SP, para dirimir qualquer conflito oriundo deste contrato, excluindo qualquer outro foro por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual forma e teor, rubricadas nas três primeiras e assinada na última, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Amparo, 05 de janeiro de 2026.

ALEXANDRE TADEU GONÇALVES
Prefeito Interino do Município de Tuiuti

FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO
Presidente do CISBRA

Testemunhas:

JOSÉ EDUARDO PANEGASSI
RG: 30.101.875-3

ELTON MOREIRA
RG. 45.553.318-0



PROCESSO Nº 025/2026

DISPENSA POR JUSTICATIVA Nº 002/2026

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TUIUTI

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 002/2026

OBJETO: TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ENTES CONSORCIADOS PARA ATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PERANTE O CONSÓRCIO

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tuiuti-SP, 05 de janeiro de 2026.



PROCESSO Nº 025/2026

DISPENSA POR JUSTICATIVA Nº 002/2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: ALEXANDRE TADEU GONÇALVES

Cargo: Prefeito Interino

CPF: 311.484.728-51

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: ALEXANDRE TADEU GONÇALVES

Cargo: Prefeito Interino

CPF: 311.484.728-51

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: ALEXANDRE TADEU GONÇALVES

Cargo: Prefeito Interino

CPF: 311.484.728-51

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: ALEXANDRE TADEU GONÇALVES

Cargo: Prefeito Interino

CPF: 311.484.728-51

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: FABIO VINICIUS POLIDORO

Cargo: Presidente do CISBRA

CPF:

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica.